



## **Patrimônio cultural e representações do Recife: o olhar de Benício Whatley Dias.**

HUMBERTO RAFAEL DE ANDRADE SILVA<sup>1</sup>

### **O Recife: concepções e influências:**

O Recife, assim como muitas capitais do mundo, sofreu uma grande influência do ideal urbanizador difundido a partir da remodelação de Paris realizada século XIX no governo do prefeito Georges Eugène Haussman. Havendo, porém, alguns objetivos latentes sobre as noções de sanitarismo e progresso. Segundo Rouanet, “o verdadeiro objetivo das obras de Haussman, que se auto-intitulava o “*artiste-démolisseur*”, era facilitar o transporte das tropas, das casernas aos bairros populares, e impedir, pela largura das avenidas a construção de barricadas. (Rouanet, 1987, p.89) Essas noções de moderna urbanidade se espalharam com força por muitas cidades do mundo chegando também a capital pernambucana.

Progresso, salubridade, embelezamento, eram as palavras de ordem que expunham apenas parcialmente o real arcabouço ideológico que acompanhava o desenvolvimento do sistema capitalista no mundo, fatos como a disseminação do modo de produção capitalista a partir da revolução industrial inglesa, no caso específico do Recife o investimento do capital britânico e francês na cidade. As influências sofridas pelo ideal urbanizador parisiense, somadas ao desenvolvimento da indústria capitalista no mundo e o investimento do capital estrangeiro na cidade podemos atribuir a principal força motriz da reforma como percebe Cátia Lubambo (1991, p.29), no seu estudo sobre a mesma:

---

<sup>1</sup> Fundação Joaquim Nabuco/MEC. Orientadora: Sílvia Costa Couceiro, Dr<sup>a</sup> em História pelo Programa de Pós- Graduação em História da UFPE. Agência Financiadora PIBIC FUNDA/CNPq.

A partir de 1850, o País envolveu-se intensamente no processo de expansão mundial do capitalismo, conjugando uma série de fatores significativos. Foi o momento da industrialização do capital, da transformação das relações sociais de trabalho, da penetração do capital estrangeiro, da modificação da postura do estado frente às iniciativas privadas, implicando numa completa reestruturação administrativa, tudo isso aliado a uma séria crise no mercado externo, de dois dos principais produtos que compunham a pauta de exportação do País: o açúcar e o algodão.

A reforma do Bairro do Recife teve seu impulso inicial pelo porto, que teve, ao longo de sua existência, um papel importante na economia e na constituição cultural da população local e mesmo a nível nacional tanto como escoamento da produção e também ponto de contato com os elementos, costumes e estilos que caracterizavam a modernidade europeia. Por se apresentar como um ancoradouro natural, cujos arrecifes continham a agitação das águas do mar, ocupou durante grande parte de sua história o primeiro no movimento de mercadorias com a Europa pela proximidade superior em relação a outras regiões do Brasil além do favorecimento natural. A primeira iniciativa de modernização deste ocorreu no período da guerra dos holandeses em Pernambuco (1631) no governo do conde João Maurício de Nassau. Desde então ocorreram várias tentativas de modernização que não saíram do planejamento, até a que teve início nos primeiros anos do século XX.



Demolições no Bairro do Recife - Travessa do Corpo Santo, 1913. Acervo: Fundaj

Foram também norteadoras da reforma ocorrida no Bairro, as ideias sanitaristas populares até o final do século XIX. Estas tinham os ambientes como responsáveis pela geração das doenças que surgiriam de forma espontânea em ambientes onde não houvesse as condições de higiene adequadas, como por exemplo: quartos escuros, ruas estreitas em que o ar não circulava, ou a umidade de casas escuras. Os “miasmas” seriam os princípios geradores das moléstias que se produziam nessas zonas de insalubridade de forma espontânea.

Na segunda metade do século XIX o Recife “foi infestado por noventa e três surtos epidêmicos de onze diferentes doenças”. (OUTTES, 1997, p.39) Diante dessa série de surtos que contabilizou óbitos aos milhares, era urgente que se tomasse iniciativas em favor da saúde coletiva. A cidade era entendida como um corpo a ser tratado, e os urbanistas como sendo os profissionais capazes de trazer esta cura.

A reforma do Bairro do Recife veio de uma forma complementar as mudanças do porto, lá se instalaram indústrias estrangeiras, se ampliaram vias para o escoamento da mercadoria, a eliminação dos mocambos, construção dos edifícios em estilo eclético, a derrubada de casarões coloniais e alguns monumentos como os arcos: da Conceição (1913), e de Santo Antônio (1917), para a liberação do tráfego crescente de carros e a Igreja do Corpo Santo (1913). As implicações da reforma para o funcionamento da cidade foram muito profundas. Um grande número de edificações de valor histórico significativo e mesmo a malha urbana colonial foram completamente demolidas, segundo Cantarelli (2012, p. 121) :

Os antigos arruamentos tortuosos e estreitos cediam lugar às largas avenidas radiais, que, tendo como ponto de partida o Marco Zero, obedeciam aos moldes de estética dos boulevards parisienses traçados pelo barão Haussman. A abertura da Avenida Central, da Avenida do porto e o alargamento da Avenida Marquês de Olinda deram ao Recife uma atmosfera típica da Belle-époque. A arquitetura colonial, os sobrados magros e esguios construídos em lotes

profundos e de diminuta frente, é substituída por grandes edifícios em estilo eclético. Ali, além de registrada uma paisagem arquitetônica, estava também um cenário político da construção da modernidade.

A Revolução Francesa (1789) atuou como um divisor de águas quanto à questão da preservação do patrimônio edificado tomando a primeira iniciativa de conservação a nível nacional. Pela primeira vez entrava em debate a questão da herança material do antigo regime. Aquilo que conseguiu fugir da destruição da revolução foi submetido a uma estrutura que embora rudimentar, pois retirava a custódia dos bens de particulares, que possuíam dinheiro e estrutura para o seu acondicionamento para uma macro – estrutura de conservação (CHOAY,2001). Segundo Choay (2001, p.98): *“Eles transformaram o status das antiguidades nacionais. Integradas aos bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização, estas se metamorfosearam em valores de troca, em bens materiais que, sob pena do juízo financeiro, será preciso preservar e manter.”*

Le Goff, quando se refere a importância e ao poder de perpetuação da cultura material de uma civilização a partir de sua herança cultural assim denomina o monumento: *“O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.”* (LE GOFF, 1992, p.1 )

A constituição de *lugares de memória*, marcos culturais do desenvolvimento de uma sociedade a partir do confronto do antigo com o moderno, e valorização destes na formação de identidade dos estados nacionais foi de fundamental importância para a valorização das culturas pelos seus respectivos povos, estabelecendo um elo de identidade entre estas e seus monumentos. Importante também é a compreensão dos monumentos históricos edificados como portadores identificadores das culturas a que remetem, e podendo ser objeto de estudo na compreensão destas. A identidade dos Habitantes daquele bairro e mesmo seu cotidiano alterado de forma drástica como de forma pertinente observou o poeta Mario Sette, *“o bairro do Recife, aquela ‘outra banda’ dos velhos habitantes de Santo Antônio e*



*da Boa Vista, iria ser outro: as gerações mais novas, de fracas impressões de redentiva, dali a tempos não saberia mais como aquilo fora” (SETTE, 1948, p. 55).*

A discussão em torno dessa preservação, que se intensifica nas duas décadas seguintes com a criação das primeiras instituições de preservação é ainda incipiente no período da reforma do Bairro do Recife. As vozes da maioria dos intelectuais do período, como Joaquim Inojosa, Gaspar Guimarães, e Arthur Orlando levantam a bandeira do progresso nos jornais, colocando a derrubada dos monumentos e casarões antigos como necessários ao crescimento do Recife em consonância com as cidades européias. Por outro lado na década seguinte foi grande a repercussão das derrubadas ocorridas na reforma.

Podemos destacar como algumas das principais vozes do período a de Mário Mello, jornalista e secretário perpétuo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e, a do grupo de intelectuais liderados por Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes, integrantes do Movimento Regionalista. . Esses grupos alimentaram uma polêmica que rendeu durante anos nos periódicos da cidade e que subsidiaram a pesquisa na compreensão do ambiente político e intelectual onde estavam se desenvolvendo as idéias acerca da preservação dos monumentos e locais de memória do Recife. O debate a cerca do uso de fontes iconográficas como objeto de construção da história ainda hoje é incipiente. Predomina uma lógica um pouco mais avançada que a do século XIX, ponto de vista de abrangência na valorização dos artefatos iconográficos apenas enquanto objeto de ilustração. Como enfatiza Ulpiano (2003, p11) :

Com efeito, a História continua a privilegiar ainda hoje, a despeito da ocorrência de casos em contrário, a função da imagem com a qual ela penetrou suas fronteiras no final do século atrasado. É o uso como ilustração. Certamente, de início, a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera





confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria.

As fotografias foram consideradas um meio já difundido de retrato do real no início do século XX, tendo surgido ainda na segunda metade do século XIX o processo fotográfico, necessitava de uma gama de substâncias químicas diversas e um grande aparato, sendo necessário o trabalho de mais de uma pessoa para a facção do registro fotográfico. Fotografia no início do século XX era um uso caro. Quando se fala em história da fotografia, o que busca estabelecer é um panorama de uma segunda realidade, que seria não necessariamente aquela que ocorria no momento, mais um misto entre esta e os impulsos que levaram o fotógrafo a registrá-la (KOSSOY, 1993).

Contar a história da perda desse patrimônio assim como da formação de sua importância no imaginário social da cidade e as influências que motivavam os registros do olhar, tanto de colecionador, como de fotógrafo, de Benício Whatley Dias objetivo deste trabalho.

## **2. Fontes e metodologia:**

Conforme já destacado anteriormente, foi necessário adaptar a metodologia proposta inicialmente. Essa opção se deu em virtude do fato de o autor, bolsista do programa de iniciação científica da Fundação Joaquim Nabuco, precisar ter uma ideia contextualizada do período a ser investigado e da necessidade de dominar alguns conceitos básicos da história, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa proposta. Desse modo, a orientadora optou por indicar as leituras relativas ao período e tema específico a ser trabalhado no subprojeto, reformas urbanas nas décadas de 1910-1920 e 1930, para, em seguida, sugerir o conhecimento das obras de cunho teórico ligadas à conceituação de patrimônio e ao uso das imagens enquanto fontes históricas.



Na etapa posterior foi acordado que o bolsista iniciaria pela investigação em fontes escritas, uma vez que não tinha nenhuma experiência em pesquisa. Foram iniciadas as pesquisas no setor de Microfilmagem da Fundaj nos seguintes jornais:

- *Jornal Pequeno* no período entre: 1909: 1910; 1927-1928.
- *Diário de Pernambuco* no período entre: 1927-1928.
- *Jornal do Recife* no período entre: 1927-1928; 1930-1935

O método consistia em pesquisar a partir de uma periodização feita com base na bibliografia de referência, os discursos dos formadores de opinião citados anteriormente no projeto, para estabelecer um panorama das opiniões emitidas nos período acerca da derrubada de casarões, igrejas e monumentos da cidade, pontos que depois vieram a ser enquadrados dentro do conceito de patrimônio.

A técnica adotada seria a pesquisa através de jornais microfilmados dos períodos estudados existentes nos acervos do Centro de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA/FUNDAJ).

Além dos periódicos, foi realizada uma consulta no setor de obras raras e no Centro de Estudos de História Brasileira na parte de acervos pessoais, que conta com acervos de muitos intelectuais com uma atuação decisiva sobre a temática no período, como Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre e Mário Melo. Além destes, foram consultados os Anaes Pernambucanos e a revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano com vistas a levantar produções sobre o período tratado.

Foram utilizados os relatórios da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, que, embora não tenha existido no período da reforma do bairro, apresenta grande ligação ideológica com os conceitos difundidos a partir desta através do Inspetor de Monumentos, Aníbal Fernandes, publicados nos anos de 1928 e 1930. Ainda em curso está a análise da coleção Benício Dias, que, em grande parte representa detalhadamente o processo de derrubada da

malha urbana antiga, assim como de reurbanização.

### 3. Recife nos anos 1910

Os anos 1910 são uma época marcada por fortes tensões políticas e um rígido controle do estado sobre o indivíduo, mas acima de tudo pela súbita mudança social no modo de vida da população em geral. A difusão do modo de vida tipicamente urbano coloca, o indivíduo que antes era agricultor, em direção à cidade. O Recife era também o pólo através do qual a população estabelecia o contato com os centros difusores do modo de vida “moderno”, ou seja, as grandes cidades da Europa, atraindo muitos habitantes do campo. A ideologia da elite política da época ainda era balizada em fortes concepções dos tempos monárquicos. A elite urbana era composta por dois grupos, os banqueiros e grandes comerciantes, e os proprietários de terras. Estes encabeçavam as discordâncias quanto às decisões que deveriam ser tomadas na cidade causadoras de muitos entraves em iniciativas de reforma da cidade desde o final do século XIX.

Foi no período da oligarquia rosista<sup>2</sup> (1896-1911), quando se articulou uma interferência em todas as instancias governamentais do país, terminado por uma intervenção federal na posse do marechal Hermes da Fonseca, na tentativa de romper com as oligarquias estatais, que se tomaram as decisões no que diz respeito à reforma do Porto e do Bairro portuário.

A idealização da reforma aconteceu décadas antes de sua efetivação, sendo encontradas plantas de Vauthier com projetos para o bairro desde a primeira metade do século.

De forma bastante evidente, a Reforma do Bairro do Recife significou uma verdadeira metamorfose urbana, além de implicar uma completa reestruturação ambiental e social. Não se trata apenas de interpretações diferenciadas sobre uma mesma questão, mas, sim da evidência de um fato que foi fruto de decisões políticas, planejado sobre determinantes significativos e implantado sob um arcabouço

---

<sup>2</sup> Me refiro a um período de grande influência de Rosa e Silva na política nacional.



ideológico, administrativo e legal, viabilizado pelo poder público. (LUBAMBO, 1991, p.93).

A reforma foi executada no período do governo do General de Dantas Barreto, terceiro período da República Velha que vivenciou uma conciliação das elites no poder. Marcou a ascensão dos usineiros no poder que entraram em cena em lugar dos proprietários de terras, porém a reforma era de desejo comum, não havendo entraves de nenhuma das partes.

#### 4. Vozes dissonantes sobre a modernização urbana no Recife

Como parte significativa das elites apoiavam as reformas realizadas na cidade, era realizada uma campanha de empatia com o ideal que se desejava atingir, predominando a busca pela identificação com a Europa. O marco ideológico na busca da consonância com o novo modo de vida trazido pela modernidade suplantavam os valores da tradição da cidade.

Poucas vozes dissonantes, à época, protestavam contra “o vezo de imitar tudo que vem de fora já é entre nós uma verdadeira epidemia. Imita-se tudo”. (FERNANDES, 1919, p.3). À época da reforma do Bairro, as amarras ideológicas com os ideais de progresso Europeus ainda eram sólidas. Essas vozes eram sufocadas pela pesada influência da classe comercial sobre a população. Que, como já vimos, compunha uma das camadas da alta sociedade quando a reforma ocorreu. Somente no final da década de 1910, algumas vozes entre a camada intelectual da sociedade começaram a fazer indagações do tipo: “Mas isto aqui é uma *bas fond de Paris* ou uma cidade brasileira?” (FERNANDES: 1919: 3).

O período posterior à reforma do Bairro do Recife trouxe uma compreensão nova no que diz respeito à valorização daquelas edificações de legado histórico que foram perdidas, foram grandes os impactos, como constata Lubambo: (1991, p. 92)

“A uma análise histórica, contudo, não se poderia, principalmente, omitir, interpretações outras de um mesmo fato, implicador e efeito de

*tantas mudanças: dizer, por exemplo, que foi demolido, quase que completamente, o antigo Bairro portuário, destruindo parte significativa dos registros históricos da cidade, para dar lugar a avenidas e ruas largas que, atualmente, dão acesso ao porto;(...)”.*

Um contra movimento em relação aos aspectos nocivos do progresso que a reforma trouxe, e que não poderiam se repetir no que diz respeito a reforma dos Bairros de Santo Antônio e São José. Os intelectuais, jornalistas, poetas e demais formadores de opinião, que integravam o Movimento Regionalista encabeçado por Gilberto Freyre, e composto por nomes como Aníbal Fernandes, Manuel Bandeira e o deputado federal Luiz Cedro, enfrentavam uma corrente antagônica que buscava difundir no Recife as ideias da semana modernista de 1922 dirigida por Joaquim Inojosa e que contava com adeptos como Arthur Orlando e o Desembargador Gaspar Guimarães.

É importante sublinhar a importância do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano que teve um papel ambíguo em relação as demolições de edificações e monumentos, mas de forma isolada, sem alinhar-se com o Movimento Regionalista e a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, órgãos sob a liderança de integrantes do grupo regionalista. O papel do Instituto vem carregado de consequências políticas que, confrontam sua ideologia em alguns momentos pelas iniciativas de seus membros. Estes, em sua maioria, componentes da elite política e comercial do Recife, assumiam posições diversas quanto à forma de defesa desse legado e o andamento do desenvolvimento da cidade. Como enfatiza Cantarelli, quanto à concepção histórica do Instituto de estar “mais envolvido em construir e legitimar um passado relacionado aos fatos e heróis revolucionários, do que, propriamente, em preservar as feições da cidade e os monumentos históricos que, por ventura, ainda existam.” (CANTARELLI, 2012, p. 123)

Um outro ponto importante é uma desavença existente entre os jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes. Dois importantes membros da elite intelectual pernambucana que, além de jornalistas, escreveram trabalhos sobre a história de Pernambuco. A desavença entre ambos se consumou quando em



28 de maio de 1929, Fernandes publica um texto na coluna *livros novos* do *Diário de Pernambuco*, que vai dar início a uma série de debates e sela de vez a amizade entre os dois. Desde então, de forma separada e tomando partidos políticos opostos, nos seus debates, confundem-se as posições ideológicas e críticas pessoais.

## **5. Principais questões que nortearam as discussões entre os intelectuais**

Devido a quantidade de questões que marcaram o debate dos intelectuais nesse episódio da reforma, aqui se pontuam as principais questões que foram alvo de debate dos mesmos nos principais periódicos recifenses.

Durante a reforma do bairro do Recife o Instituto passou uma fase crítica em suas atividades. Sendo retirado de sua sede por causa de uma obra de ampliação da Praça Joaquim Nabuco e não tendo sido dado imediatamente pelo governo outro lugar para a seu estabelecimento apenas uma sala no Liceu de Artes e Ofícios, oferecida pelo governo do estado para que fizesse suas reuniões, mas sem local para exposições. Nesse período, o órgão teve por vezes a ponto de encerrar suas atividades e pela sua atuação nas comemorações do centenário da Revolução de 1817 e pela recomendação de Oliveira Lima, Mário Mello foi nomeado secretário perpétuo do Instituto.

Anibal Fernandes e Gilberto Freyre criticaram, ao longo da década de 1920, a inércia do Instituto em suas várias publicações jornalísticas admitindo, porém, a iniciativa pioneira deste no que diz respeito a questões da história pernambucana. Melo vai responder as críticas com o argumento de que, no período das demolições, o Instituto estava sofrendo com a ausência de sede física e de fortes embates internos, não podendo atuar de forma mais contundente durante o episódio.

Uma das questões mais polêmicas e na qual houve maior embate foi a remodelação da Sé de Olinda, realizada durante a primeira década do século XX por ordem do arcebispo D. Luiz de Brito, também sócio e posteriormente presidente do sodalício. Com a reforma terminada, desapareceram em grande

parte os aspectos da arquitetura do século XVII, dando ao edifício uma feição neogótica e destruindo grande parte de seus painéis em azulejos. O que motivou mais críticas de Fernandes nos jornais e fez o próprio Mário Mello “reconhecer que o presidente do Instituto era o responsável pela completa descaracterização do templo.” (CANTARELLI, 2012, p.122)

No que concerne aos Arcos, a questão vem sendo discutida no Instituto ao longo de 25 anos sendo uma questão largamente debatida no arqueológico. Ainda em 1899 foi levantada pela primeira vez pelo Desembargador Luiz Correia de Andrade que propôs que o Instituto liderasse uma campanha em favor da demolição das edificações, tendo sido eleita uma comissão para analisar a questão que julgou que aprovar a proposta do desembargador iria contra a proposta primária do Instituto de salvaguardar os monumentos da história do nosso estado (CANTARELLI,2012).

A questão das alterações ocorridas no bairro do Recife aparentemente passou despercebida pelos membros do Instituto (CANTARELLI apud BONFIM;PONTUAL, 2004: 29-30). Isso se justifica quando analisamos a concepção de história dos membros da entidade, que vinculava o nosso passado a grandes eventos e heróis da história do Estado, sem a percepção da importância que o desaparecimento dos marcos e monumentos acarretariam para a cidade.

## 6. Benício Whatley Dias: os olhos da reforma

Benício Dias, fotógrafo e colecionador de vistas da cidade do Recife, ainda tem uma biografia pouco conhecida. Nesse trabalho vamos nos concentrar na contribuição dada por ele nas imagens da reforma do Bairro do Recife. Sua coleção integra atualmente o acervo da Fundação Joaquim Nabuco, tendo sido doada por seu filho Sérgio Benicio Dias.

Poucas informações podemos dispor da vida de Benício como sua residência no Poço da Panela, citada por Gilberto Freyre no seu *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, onde ele o alcunha de “mestre”

denotando a importância social que teria a sua fotografia. Estudou na Faculdade de Direito do Recife e foi remador pelo Sport Club do Recife, onde, pelo modo como é retratado nas matérias dos jornais, parece ter tido algum sucesso. Foi fotógrafo durante o período do Estado Novo, gestão do prefeito Novais Filho e interventor Etelvino Lins.

Como titular e como fotógrafo, deu uma valiosa contribuição na compreensão das mudanças urbanísticas operadas no Recife no início do século XX. Em sua coleção figuram também outros grandes nomes da fotografia em Pernambuco como Francisco do Bocage e JJ de Oliveira entre outros, sua atividade como fotógrafo se encerra por volta da primeira metade do século XX.

Na organização das fotografias é possível ver uma clara tentativa na comparação de cenários da cidade, colocando fotografias do final do século XIX seguidas a capturas feitas pelo mesmo até a primeira metade do século XX. Além do interesse em retratar o aspecto bucólico daquele Recife, cuja herança colonial desaparecia, preocupava-se também em registrar os seus personagens. Nesse quesito, a Coleção Benício Dias demonstra também o seu valor enquanto método de percepção da difusão das ideias que estavam em voga no urbanismo nas primeiras décadas do século XX. O estilo arquitetônico eclético, mais verticalizado e com maior quantidade de adornos, que suplantou o antigo casario colonial, o aumento da largura das vias e todas as alterações feitas para a recepção do crescente número de carros, a destruição das Igrejas, construção de ferrovias, entre outras.

O trabalho de Benício, enquanto colecionador no contexto histórico em que este se insere, pode ser comparado, em linhas gerais, a trabalhos como o do fotógrafo Militão de Azevedo, em seu *Albúm Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-188*. Nele, Militão vai fotografar, com um intervalo de 25 anos, os mesmos locais da cidade, de maneira a possibilitar a comparação e percepção das profundas mudanças urbanísticas empreendidas no período. Isso também foi realizado por Felipe Augusto Fidanza, que retratou vistas da Belém quando da transformação proporcionada pelo ciclo da borracha na segunda metade do

século XIX. A riqueza de linguagem da coleção Coleção Benício Dias, tanto na abordagem da reforma do bairro, quanto em outros aspectos referentes à industrialização, remodelação urbana e herança visual dos monumentos, deixa um horizonte valioso e ainda pouco explorado aos pesquisadores.

## Referências:

ACERVO: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 6, n. 1-2, jan./dez. 1993, 1993.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a Conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COUCEIRO, Sylvia. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer no Recife nos anos 1920*. Recife. 2003. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FERNANDES, A. *De uns e de Outros. Diário de Pernambuco*, Recife, 29 jun 1919.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento* - In: ROMANO, R. . Enciclopédia einaudi: Memória e História. [Lisboa] : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE; Fundação de Cultura do Cidade do Recife, 1991.

OUTTES, Joel. *O Recife: Gênese do Urbanismo 1927-1943*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

ROUANET, Sérgio Paulo. As Passagens de Paris. In: *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.